

fundos de pensões

o futuro é de quem o faz.




**Caixa Geral
de Depósitos**

 **CGDPensões**
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Relatório e Contas 2012

FUNDO DE PENSÕES

FIDELIDADE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. A Conjuntura Económica	3
1.2. Mercado Monetário	5
1.3. Mercado Acionista	6
1.4. Mercado Obrigacionista	7
1.5. Mercado Cambial	8
2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES	9
3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE	10
3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e <i>performance</i>	10
3.2. Política de Investimento	14
4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	25

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Conjuntura Económica

Em 2012, a economia mundial continuou a crescer a um ritmo lento, depois de ter apresentado alguma aceleração na parte inicial do ano. A retoma perdeu, contudo, vigor a partir do 2º trimestre e até ao final do ano, à medida que os efeitos negativos da crise da Área Euro (AE) e os receios com possíveis consequências negativas relacionadas com o ajuste orçamental nos EUA, a partir de 2013, pesaram negativamente sobre a confiança e a atividade económica.

Embora no final do ano os indicadores económicos tenham denotado uma melhoria nos EUA e uma estabilização na Área Euro, as principais economias continuaram a revelar, em 2012, uma elevada fragilidade. Para além dos efeitos de contraciclo para o crescimento, decorrentes dos processos de reequilíbrio das finanças públicas num conjunto de países europeus, os desequilíbrios orçamentais a que se assiste noutras economias de primeiro plano, a começar pela própria economia norte-americana, geraram fatores adicionais de incerteza. A deterioração do mercado de trabalho num grande número de países desenvolvidos contribuiu para elevar os níveis de receio, o que num contexto de correção dos elevados níveis de endividamento das famílias, restringiu significativamente o ritmo de expansão nestes países. Apesar de, por um lado, o mercado habitacional dos EUA ter revelado uma substancial melhoria em 2012, por outro lado, subsistiram elevadas dificuldades na retoma deste mercado noutros países avançados afetados por bolhas imobiliárias.

Embora tenham voltado a registar níveis de crescimento muito assinaláveis, as economias emergentes evidenciaram também, sobretudo na segunda metade do ano, algum abrandamento, quer em resultado do enfraquecimento dos seus principais países de exportação, quer em consequência das políticas macroeconómicas de contenção, em especial na área monetária, implementadas ainda no ano anterior para prevenir o aparecimento de tensões inflacionistas. Em 2012, em muitos destes países, as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita num sentido mais expansionista no intuito de contrariar o arrefecimento económico.

A crise da dívida pública da Área Euro intensificou-se durante 2012 após se ter assistido a um contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada pelas crises políticas despoletadas pelo pedido de ajuda para o setor financeiro do Governo de Espanha e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele país ainda durante o 1º trimestre do ano. Com a correção das finanças públicas colocadas no topo das prioridades políticas, muitos governos viram-se de novo obrigados a anunciar novas medidas de austeridade ou, em alguns casos, o reforço das existentes.

Fator determinante para a evolução económica voltou a ser a resposta das autoridades europeias, de onde se destacou o reforço dos mecanismos de auxílio existentes, quer pela

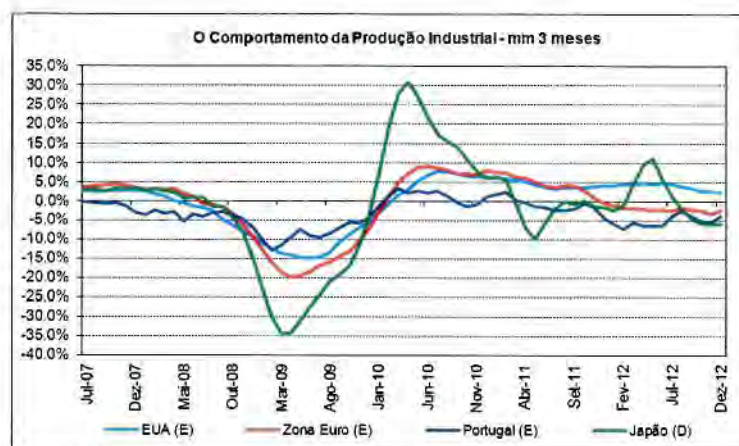
necessidade de melhorar as expetativas, quer pelo imperativo de tentar assegurar o fluxo de crédito à economia através da normalização do mercado interbancário e de capitais.

O desempenho dos bancos centrais em 2012 deixou transparecer uma crescente preocupação com as perspetivas para o crescimento. Na Área Euro, onde, em meados do ano, a principal taxa de referência foi reduzida para um mínimo histórico (0.75%), o Banco Central Europeu anunciou a implementação de novas medidas não convencionais, das quais se destaca a constituição de um novo programa de compra de dívida pública (OMT) e a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos. No Japão, o Banco Central aumentou por seis vezes o seu programa de compra de ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro, bem como a aquisição de títulos de dívida hipotecária com o intuito de comprimir ainda mais as taxas de juro. Nos países, nomeadamente emergentes, mas também nos avançados, onde ainda havia espaço para tal decisão, verificaram-se novas descidas das taxas de juro diretoras, destacando-se neste âmbito o Brasil, onde a principal taxa encerrou 2012 num mínimo de sempre.



Após um início de ano promissor, os indicadores económicos dos EUA mostraram, sensivelmente a partir da Primavera, um desempenho consistente com um ritmo de crescimento lento. Apesar das dúvidas crescentes, quer de empresários, quer de famílias, acerca dos resultados que vão produzir as negociações entre os responsáveis a fim de ser possível evitar o forte ajustamento orçamental em 2013, a atividade encerrou o ano a mostrar sinais de melhoria, quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento.

A atividade económica na Área Euro permaneceu deprimida durante todo o ano de 2012. Ainda no 3º trimestre a região entrou em recessão pela 2ª vez em 4 anos, função do contributo negativo da procura interna. Nos últimos meses do ano os indicadores respeitantes à confiança continuaram a apontar para a contínua contração do PIB. O mercado de trabalho teve um comportamento particularmente negativo, com a taxa de desemprego a atingir o nível mais elevado desde 1990. A inflação permaneceu acima dos 2% ao longo de 2012, fixando-se, perto do final, nos 2.2%, o nível mais baixo desde o 1º trimestre de 2009.



No Japão, apesar de um início de ano auspicioso, a persistência das pressões deflacionistas não só se mantiveram, como se acentuaram e o abrandamento da economia mundial, que levou o país a registar um forte arrefecimento a partir do 2º trimestre, após o qual a atividade voltou a contrair, conduziu o Banco Central a decretar, por diversas vezes, o aumento da dimensão do programa de aquisição de ativos financeiros e a intervir, pontualmente, no mercado cambial.

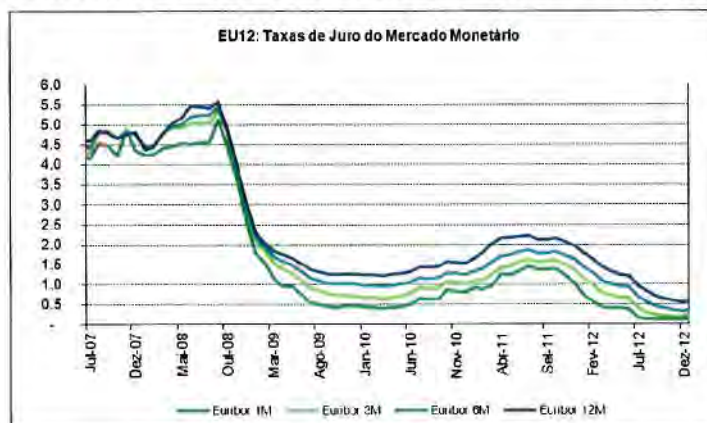
No bloco emergente, saliente-se a forte moderação registada ao nível do contributo do comércio externo devido, sobretudo, à queda das importações com origem na Europa, levando os bancos centrais, em todas estas regiões, a decretar descidas das respetivas taxas de juro diretoras. Num ano em que foram designados novos dirigentes na China, saliente-se o abrandamento desta economia que, em meados do ano, chegou a registar o crescimento mais modesto desde o início de 2009. Moderado foi, também, o crescimento da economia brasileira que permaneceu praticamente estagnada durante o 1º semestre de 2012, antes de uma melhoria muito modesta na segunda metade do ano.

A economia portuguesa registou, de novo, uma contração em 2012. Ainda no 3º trimestre de 2012, a economia nacional averbou uma queda de -0,9%, o oitavo decréscimo consecutivo de queda do PIB, em cadeia. Os indicadores de confiança divulgados registaram uma forte deterioração ao longo de praticamente todo o ano, consequência também dos anúncios de medidas de austeridade para reduzir o défice orçamental público. No mercado de trabalho, de acordo com o INE, o último valor da taxa de desemprego, referente ainda ao terceiro trimestre, foi 15,8%, tendo a população desempregada atingido os 870.9 mil indivíduos. A inflação arrefeceu durante o ano, à semelhança do que se passou na maioria dos países europeus, atingindo os 2,2% em novembro de 2012, o valor menos elevado desde julho de 2010.

1.2. Mercado Monetário

As taxas de juro de curto prazo evidenciaram, no ano de 2012, um comportamento descendente, tendência constante ao longo do período em análise, consistente com a evolução

desfavorável da economia no bloco europeu. Em função deste fator, o Banco Central Europeu



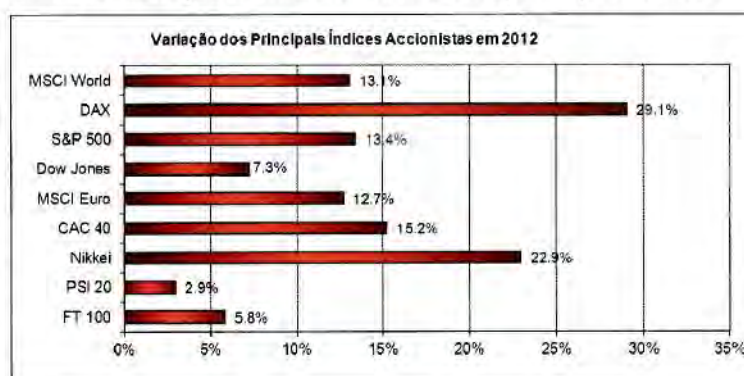
(BCE) procedeu, ao ajustamento da política monetária, através da redução do nível de taxa diretora para mínimos históricos, 0.75%, e da taxa de depósitos junto desta instituição para 0%, em Julho de 2012. Por outro lado, também a existência de uma menor perceção de risco no setor financeiro europeu, influenciada

pela atuação do BCE, por via da cedência de liquidez ao sistema através de operações de refinanciamento a médio/longo prazo, contribuiu para a trajetória descendente das taxas de juro praticadas em mercado ao longo do ano.

Assim, o indexante Euribor a 3 meses encerrou o ano a 0.19%, registando uma contração de 117 p. b. face a Dezembro de 2011. Por sua vez, a taxa a 12 meses evidenciou um comportamento semelhante, ao decrescer 141 p. b., fixando-se a 0.54%.

1.3. Mercado Acionista

O ano de 2012 caracterizou-se por performances positivas entre os principais mercados acionistas, impulsionadas pela inversão do sentimento de mercado vigente até ao segundo semestre de 2011. Entre os fatores que contribuíram de forma determinante para a performance da classe ao longo do período em análise, destaque para a atuação do Banco Central Europeu e da Reserva Federal dos EUA, que, por intermédio da adequação contínua das condições de política monetária, convencional e não convencional, ao ciclo económico e sentimento de mercado, permitiram a consecução de maiores níveis de apetite pelo risco entre os investidores. Por outro lado, do ponto de vista macroeconómico, foi visível uma melhoria dos dados económicos reais e de confiança divulgados na economia americana ao longo da segunda metade do ano, o que constituiu um fator de

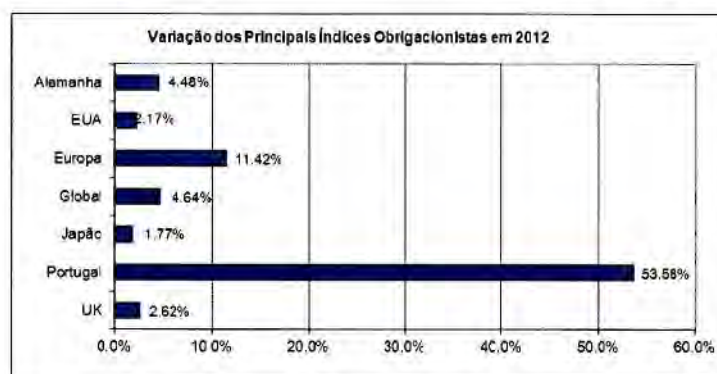


suporte para a classe. Não obstante, tal ocorrência não foi verificada no bloco económico da Zona Euro, onde foi visível uma contínua fragilidade ao longo do período em análise, consistente com o cenário económico recessivo presenciado na região.

Deste modo, no cômputo anual, o índice americano *S&P 500* registou uma valorização de 13.4%, enquanto o índice agregado europeu *Eurostoxx 600* evidenciou uma valorização de 15.5% em 2012. Já os mercados de países periféricos e semiperiféricos, designadamente Grécia (*FTSE/ASE*), Portugal (*PSI-20*) e Itália (*FTSE/MIB*) registaram performances igualmente positivas, com valorizações de 16.7%, 2.9% e 7.8%, respetivamente, enquanto o índice acionista espanhol (*IBEX-30*), obteve uma desvalorização de 4.7% no ano.

1.4. Mercado Obrigacionista

Ao longo do ano verificaram-se tendências consentâneas no comportamento das yields dos mercados de dívida soberana de referência (EUA e Alemanha), apresentando um comportamento decrescente, que conduziu, inclusivamente, o custo de financiamento destes emittentes para níveis mínimos históricos ao longo do período em análise. Tal comportamento



deveu-se, não apenas ao enquadramento económico recessivo na Europa e de fraco crescimento económico global, sem perspetivas de pressões inflacionistas, assim como à prevalência de focos de aversão ao risco no que se refere à crise da dívida soberana europeia,

beneficiando do estatuto de refúgio ao longo do primeiro semestre do ano. No entanto, não obstante a recuperação da perceção de risco em mercado ao longo da segunda metade do ano, impulsionada pela atuação do BCE, as taxas de juro não evidenciaram uma inversão de tendência.

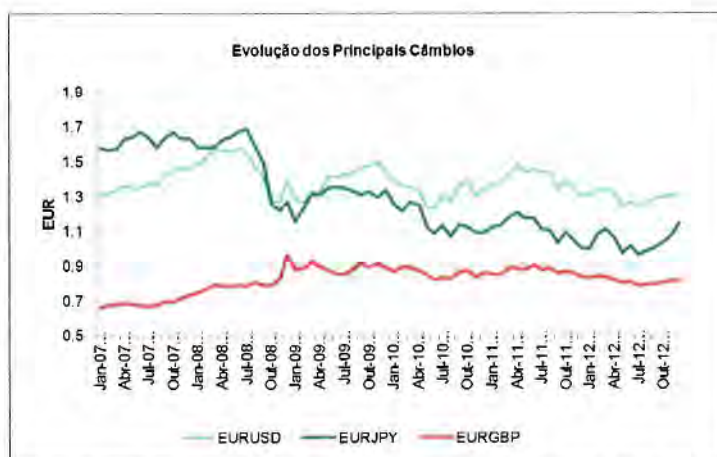
Assim, ao longo do ano de 2012, foram visíveis descidas de yields, em especial nos prazos mais longos, com as maturidades a 2 anos de EUA e Alemanha a variarem 0.7 p. b. e -16 p. b., os prazos a 10 anos obtiveram descidas de 12 p. b. e 51 p. b., respetivamente.

1.5. Mercado Cambial

No ano de 2012, o comportamento do mercado cambial foi marcado por alguma volatilidade, com uma tendência de depreciação da moeda única europeia ao longo do primeiro semestre do ano, para posterior contração do prêmio de risco incorporado na região. A cotação da divisa encontrou-se, desta forma, estreitamente correlacionada com a evolução da percepção de risco associada à crise da dívida soberana europeia, alvo de uma forte recuperação ao longo do segundo semestre do ano, após a atuação e suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, através da criação do mecanismo de compra de títulos de dívida soberana europeia, o OMT.

Assim, ao longo do ano de 2012, o Euro registou uma apreciação de 0.5% face ao cabaz de trocas comerciais da Zona Euro. Por outro lado, face às divisas de referência, como o Dólar Americano, Libra Inglesa e Iene, a moeda única europeia registou valorizações de 0.8%, -2.8% e 14.6%,

respetivamente. No mesmo período, o Dólar registou uma desvalorização de -0.5% face ao cabaz representativo das principais trocas comerciais.



2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direção da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é já tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respetiva direção da Caixa Geral de Depósitos.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respetivo atuário responsável.

3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e *performance*

O 1º semestre de 2012 foi condicionado pela crise da dívida soberana europeia, em particular o acentuar do risco na Espanha e Itália, e pela dificuldade de entendimento político na União Europeia.

Do outro lado do Atlântico, a incerteza política e a debilidade económica, sobretudo em termos de mercado de trabalho, também contribuíram para um sentimento negativo.

No 2º semestre o estímulo monetário generalizado, os sinais positivos na frente política europeia, nomeadamente em torno da união bancária, da flexibilização das condições impostas aos países sob ajuda e, principalmente, o marco histórico que constituiu o anúncio do programa de compra de dívida pública (*OMT – Outright Monetary Transactions*) pelo Banco Central Europeu, mudaram o sentimento de mercado, levando a um *bull market* nas ações e no crédito, com destaque para um estreitamento dos *credit spreads* dos títulos de dívida soberana de países periféricos europeus muito além das expectativas no início do ano.

De salientar que, exceto nos EUA, onde surgiram sinais de melhoria no imobiliário e indústria, esta recuperação dos mercados financeiros coexistiu com a manutenção de uma conjuntura macroeconómica ainda frágil, incluindo sinais de abrandamento nas economias emergentes.

Alocação por Classes de Ativos

Face à incerteza do desempenho dos mercados, a alocação à classe acionista começou por ser conservadora, passando a moderadamente agressiva no 2º semestre em linha com a evolução favorável nas frentes política europeia e macroeconómica nos EUA.

Mais clara e estável foi a visão de que a dívida dos Estados oferecia menos valor do que a dívida *corporate* não financeira, face à evidência de que a dívida *corporate* vinha de um processo de desalavancagem, conjugado com uma estratégia de diversificação geográfica. No entanto, desta visão consensual decorreu um estreitamento das *yields* da dívida *corporate* que equilibrou as duas subclasses de rendimento fixo, em termos de valor relativo.

O crescimento fraco, a ausência de inflação e a política monetária convencional e não convencional levaram as taxas de juro para mínimos históricos, havendo um consenso de que a situação se poderia prolongar.

Assim, as principais decisões de alocação foram as seguintes:

- posicionamento neutral na classe acionista alternado com um *underweight*, no primeiro semestre, e com um *overweight* no segundo semestre do ano;

-
- *overweight* estável, ao longo de grande parte do ano, de dívida *corporate* contra dívida pública dentro da componente de títulos de rendimento fixo, posição esta que foi neutralizada no 4º trimestre de 2012;
 - posição neutral em duração, em termos de risco de taxa de juro;

As posições ativas de alocação tiveram um impacto positivo nos resultados.

Seleção de Setores e Títulos em Cada Classe

A gestão, em termos de seleção, esteve alinhada com a de alocação, apesar de o posicionamento ser mais pró-recuperação económica.

Assim:

- no segmento acionista foi mantido, ao longo de todo o ano, um *overweight* em setores e empresas mais cíclicos contra os mais defensivos, embora com um desvio moderado face ao *benchmark*;
- em dívida pública taxa fixa privilegiou-se, durante o 1º semestre, um *overweight* em governos periféricos europeus contra governos *core*, posição que foi revertida, progressivamente, ao longo do 2º semestre;
- em termos de crédito, quer taxa fixa quer variável, também se procedeu a um *overweight* em dívida de empresas, em particular do setor financeiro, de países periféricos, mas com maturidade curta, apostando na manutenção dos títulos até à sua maturidade.

Em termos agregados, as decisões de seleção foram muito positivas, com destaque para a componente acionista, bem como de dívida *corporate* (taxa fixa e taxa variável).

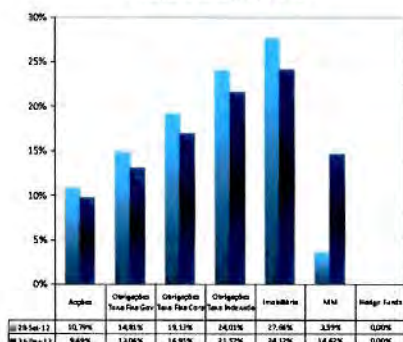
Performance Agregada

A evolução dos ativos e a composição da carteira, decidida em termos de distribuição por segmentos de investimento traduziram-se numa rendibilidade acumulada do Fundo, no ano, de 11.93%, contra 7.91% do respetivo *benchmark*.

Fundo de Pensões Fidelidade

31-Dez-12

Evolução da Composição da Carteira

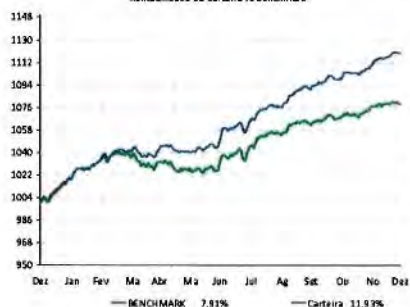


Overweight / Underweight face ao Benchmark	Composição Carteira Peso Médio TRIM	Carteira Final Mês	Benchmark
Ações	10,98%	9,69%	10,00%
Obrigações Taxa Fixa Gov	12,58%	13,06%	15,2%
Obrigações Taxa Fixa Corp	21,50%	16,95%	20,0%
Obrigações Taxa Indexada	23,84%	21,57%	28,1%
Imobiliário	27,44%	24,12%	22,7%
MM	3,67%	14,62%	2,8%
Hedge Funds	0,00%	0,00%	2,8%
	100,00%	100,00%	100,00%

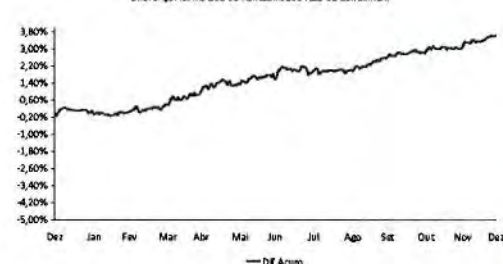
	Performance TRIM Carteira	Benchmark	Performance YTD Carteira	Benchmark
Carteira Consolidada	2,66%	1,69%	11,93%	7,91%
Carteira de Ações				
Contributo Absoluto	6,30%	7,34%	22,10%	19,21%
Contributo Relativo	0,69%	0,78%	2,11%	1,95%
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Gov				
Contributo Absoluto	3,11%	3,13%	12,25%	11,42%
Contributo Relativo	0,39%	0,12%	1,40%	1,67%
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Corp				
Contributo Absoluto	3,91%	5,02%	18,56%	15,58%
Contributo Relativo	0,82%	0,20%	3,74%	2,58%
Carteira de Obrigações Taxa Indexada				
Contributo Absoluto	1,85%	0,72%	11,18%	5,86%
Contributo Relativo	0,19%	0,05%	2,52%	1,61%
Carteira de Imóveis				
Contributo Absoluto	1,19%	-1,85%	5,64%	-0,81%
Contributo Relativo	0,09%	-0,38%	1,52%	-0,19%
Carteira de Hedge Funds				
Contributo Absoluto	0,00%	0,58%	0,00%	2,75%
Contributo Relativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%

Valor da Carteira Total 60.760.802 (euros)

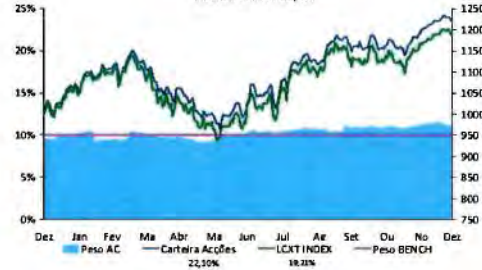
Rentabilidade da Carteira vs Benchmark



Diferença Acumulada de Rentabilidade face ao Benchmark



Investimento em Ações



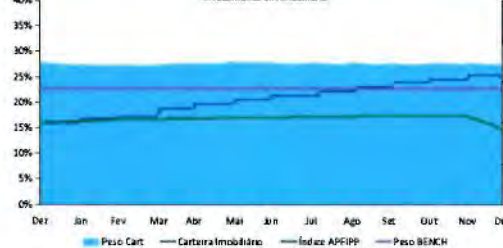
Investimento em Obrigações Taxa Fixa Corp



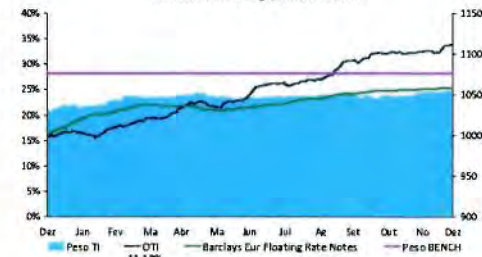
Investimento em Obrigações Taxa Fixa Gov



Investimento em Imobiliário



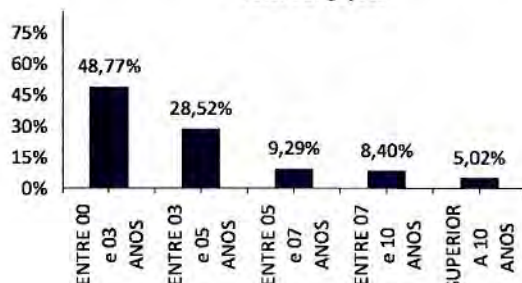
Investimento em Obrigações Taxa Indexada



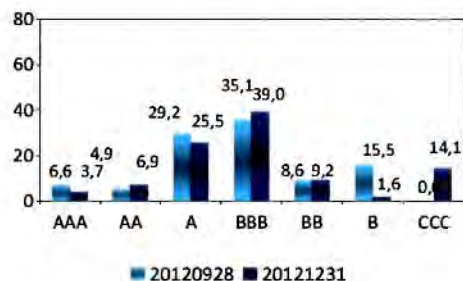
Direção Gestão de Risco

31-Dez-12

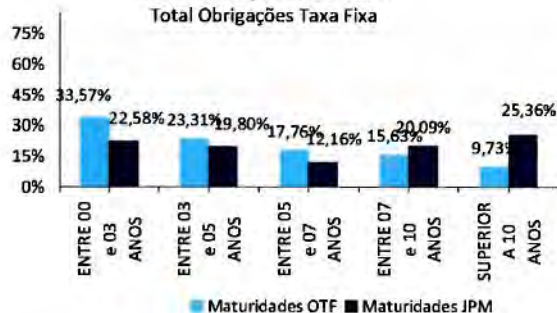
Investimento por Maturidades
Total Obrigações



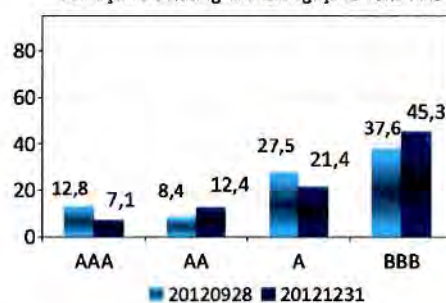
Evolução do Rating das Obrigações



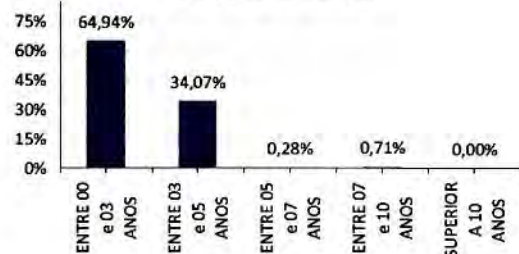
Investimento por Maturidades
Total Obrigações Taxa Fixa



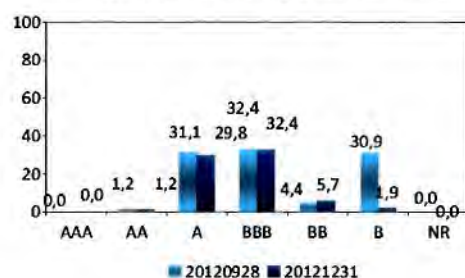
Evolução do Rating das Obrigações Taxa Fixa



Investimento por Maturidades
Obrigações Taxa Indexada



Evolução do Rating das Obrigações Taxa Indexada



Direção Gestão de Risco

3.2. Política de Investimento

Introdução

O presente Anexo tem por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e princípios orientadores, com base nos quais a Entidade Gestora deverá conduzir e controlar a gestão do Fundo de Pensões Fidelidade (adiante apenas designado por Fundo).

Benchmarks e Limites Máximos de Investimento

São definidos, para cada classe de ativos, os seguintes *benchmarks* e limites máximos de investimento:

Classes de Ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Obrigações		
Taxa Fixa (a)	33	0 – 70
Taxa Indexada Euro (b)	28	0 – 100
Ações (c)	10	0 – 30
Imobiliário		0 – 40
Investimento Direto (d)	25	0 – 40
Investimento Indireto (e)	2	0 – 40
Retorno Absoluto (f)	0	0 – 2
Liquidez (g)	2	0 – 10

Em que:

- (a) Inclui títulos representativos de dívida de taxa fixa emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa fixa;
- (b) Inclui títulos representativos de dívida de taxa variável emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa variável. O papel comercial é incluído nesta classe de ativos;
- (c) Inclui ações, *warrants*, certificados, instrumentos que confirmam o direito à subscrição de ações tais como obrigações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário constituídos maioritariamente por ações;

-
- (d) Inclui aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e ações de Sociedades imobiliárias;
 - (e) Inclui unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, em fundos de fundos de investimento imobiliário ou em quaisquer outros organismos de investimento coletivo que invistam maioritariamente, de forma direta ou indireta, em ativos imobiliários;
 - (f) Inclui aplicações, cujo objetivo é obter rendimentos positivos, estáveis e independentes das direcções dos mercados financeiros. Utilizam para atingir estes objetivos diferentes estratégias de investimento (nomeadamente Fundos de *Hedge Funds*, Fundos de *Commodities*, Fundos de *Private Equity*, entre outros);
 - (g) Inclui instrumentos do mercado monetário, nomeadamente vocacionados para a gestão de tesouraria, cujo prazo de vencimento residual é inferior a 12 meses. Ex: Depósitos à ordem, depósitos a prazo, certificados de depósito.

Restrições / Indicações

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor a cada momento, a gestão de cada carteira do Fundo deverá ainda ter em consideração os seguintes pontos:

I. Instrumentos Derivados:

O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco e para prossecução de outros objetivos de adequada gestão do seu património, nos termos e limites definidos na lei e nas normas regulamentares do ISP, bem como na presente política de investimentos.

As operações que envolvam instrumentos derivados poderão estar relacionadas com os seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – risco de variação da cotação das obrigações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução das taxas de juro de curto e longo prazo. Assim, o Fundo está dependente das expectativas de crescimento económico, evolução das taxas de inflação e de condução da política monetária;
- Risco de crédito – risco de investir em obrigações com risco de crédito nomeadamente, risco de descida das cotações devido à degradação da qualidade de crédito do emitente dos ativos, risco associado à possibilidade de ocorrer incumprimento por parte dos emitentes dos ativos;
- Risco cambial – risco de investir em moeda estrangeira ou em ativos denominados em moeda estrangeira. A apreciação do euro face a essas moedas traduz-se numa perda de valor desses ativos;

-
- Risco de mercado – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende do crescimento económico, da evolução dos mercados financeiros e da evolução das taxas de juro;
 - Risco específico – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução do negócio das empresas e do setor onde esta está inserida. Esta evolução está associada à capacidade de gestão da empresa nas suas vertentes financeira, operacional e estratégica.

O Fundo poderá, designadamente, transaccionar contratos de futuros e opções sobre índices ou sobre valores mobiliários individuais, poderá realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (*swaps*), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (*FRA's* e *forwards*) e utilizar "*credit default swaps*".

O Fundo utilizará instrumentos financeiros derivados que se encontrem admitidos à cotação em Bolsas de valores e mercados regulamentados, entendendo-se este conceito, ao longo da presente política de investimentos, nos exatos termos em que se encontra definido na legislação em vigor.

O Fundo poderá ainda utilizar instrumentos derivados transaccionados fora de mercado regulamentado, desde que as operações sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

A exposição resultante de instrumentos derivados, considerada conjuntamente com a exposição resultante dos ativos em carteira, terá que respeitar os limites de exposição estabelecidos no Ponto 2. do presente Anexo. Para efeitos da determinação da exposição, serão equiparados a derivados os ativos financeiros com produtos derivados incorporados, bem como os produtos estruturados com características idênticas.

Adicionalmente, no caso dos produtos derivados serem utilizados no âmbito de uma gestão agregada dos riscos afetos aos ativos ou responsabilidades do Fundo, o acréscimo da perda potencial máxima resultante da sua utilização não poderá exceder, a todo o momento, 20% da perda potencial máxima a que, sem a utilização desses produtos, a carteira do Fundo estaria exposta.

Pela utilização de instrumentos e produtos derivados o Fundo incorre, nomeadamente, no risco de aumento ou diminuição da exposição a um determinado ativo.

II. Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Com o objetivo de incrementar a sua rentabilidade, o Fundo pode efetuar operações de reporte e de empréstimo, desde que estas sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou

superior a “BBB”/“Baa2”, conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

As operações de reporte e de empréstimo serão realizadas em Bolsas de valores de mercados regulamentados.

As garantias associadas às operações de reporte e de empréstimo de valores efetuadas por conta do Fundo devem revestir a forma de:

- (a) Numerário;
- (b) Valores mobiliários emitidos ou garantidos por Estados membros da União Europeia, admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado membro da União Europeia;
- (c) Instrumentos do mercado monetário, emitidos em conjuntos homogêneos, nomeadamente bilhetes do tesouro.

As operações de reporte e empréstimo não poderão comprometer os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitam e o valor de mercado dos ativos cedidos no conjunto dessas operações não poderá exceder, em qualquer momento, 40% do valor do património do Fundo.

III. Investimento Obrigacionista

As obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente.

IV. Valores Não Admitidos em Mercados Regulamentados

O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados é de 15% do valor global da carteira do Fundo.

V. Aplicações em Moeda Diferente do Euro

O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro, sem cobertura cambial, não pode representar mais que 30% do valor global da carteira do Fundo.

VI. Organismos de Investimento Coletivo Não Harmonizados

O Fundo de Pensões poderá investir em organismos de investimento coletivo não harmonizados dentro dos seguintes limites:

- (a) As aplicações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de índices não harmonizados, que não façam uso do efeito de alavancagem, não poderão ultrapassar 30% do valor global do Fundo;
- (b) As aplicações em organismos de investimento coletivo não harmonizados que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º da Diretiva n.º 85/611/CEE, de 20 de Dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de Janeiro de 2002, não poderá representar mais que 30% do valor global do Fundo;

-
- (c) As aplicações em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados não poderão ultrapassar 10% do Fundo.

As estratégias de investimento prosseguidas por estes organismos enquadram-se nas categorias de *Trading* Direccional, Valor Relativo (Arbitragem), *Equity Long/Short* e Crédito. Os tipos de ativos com os quais estas estratégias são implementadas incluem ações, obrigações, moedas, taxas de juro e matérias-primas, bem como ativos derivados com subjacentes destes tipos. Estes organismos podem também ter uma filosofia de gestão multi-estratégia e investir em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados. Sendo organismos de investimento coletivo não harmonizados, não estão sujeitos aos mesmos limites prudenciais a que estão sujeitos os organismos de investimento coletivo harmonizados e, nessa medida, poderão apresentar um nível de risco mais elevado.

VII. Diversificação e Dispersão do Investimento

O investimento do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de diversificação e dispersão prudenciais:

- (a) O investimento numa mesma Sociedade não pode representar mais do que 10% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 5% quando se tratar de investimento em Associados do Fundo ou em Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (b) O investimento no conjunto das Sociedades que se encontrem entre si ou com a Entidade Gestora em relação de domínio ou de grupo não pode representar mais do que 20% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 10% quando se tratar de investimentos efetuados no conjunto dos Associados do Fundo e das Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (c) O investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (d) No caso de organismos de investimento coletivo não harmonizados que invistam noutros organismos de investimento coletivo não harmonizados, não é aplicável o limite estabelecido na alínea anterior, mas o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (e) Para efeitos das anteriores alíneas (a) a (d), excluem-se depósitos em instituições de crédito que sejam efetuados com vista à gestão de liquidez do Fundo.

VIII. Investimentos Vedados

Não poderão ser adquiridos nem entregues como contribuição para o Fundo títulos emitidos:

- (a) Pela Entidade Gestora;

- (b) Por Sociedades que sejam membros do órgão de administração da Entidade Gestora, ou que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, ou que possuam, direta ou indiretamente, mais do que 10% do capital social ou dos direitos de voto desta, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (c) Por Associados do Fundo ou Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com esses Associados, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (d) Por Sociedades cujo capital social ou direitos de voto pertençam, direta ou indiretamente, em mais do que 10% a um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, ou aos seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (e) Por Sociedades de cujos órgãos de administração ou de fiscalização façam parte um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Medidas de Referência Relativas à Rendibilidade

I. Medidas de Referência

Deverão ser utilizados, como medidas de referência relativas à rendibilidade de cada classe de ativos da carteira do Fundo, os índices constantes na tabela abaixo:

Classes de Ativos	Sub-Classe de Ativos	Índice de Referência *	Ticker Bloomberg
Taxa Fixa	Dívida Pública	JP Morgan EMU GBI	JPMGEMLC Index
	Dívida Diversa		
Taxa Indexada Euro		Euribor 3M + 12,5bp	EUR003M Index
Ações Europeias	Portugal	PSI 20 TR	PSI20TR Index
	Europa	Eurostoxx Large Total Return	LCXT Index
Ações Internacionais	E.U.A.	S&P 500 (Euros)	SPX Index

	Japão	Topix (Euros)	TPX Index
	Ásia-Pacífico (exceto Japão)	MSCI Pacific Free ex Japan	MSDUPFXJ Index
	Mercados Emergentes	MSCI EM Free	NDUEEGF Index
Imobiliário		Índice APFIPP	-
Retorno Absoluto		Euribor 6M + 200 bp	EUR006M Index
Liquidez		Euribor 3M	EUR003M Index

* Para efeitos de cálculo, todos os índices não-Euro são convertidos para Euro.

II. Cálculo da Rendibilidade da Carteira

Como base de cálculo da rendibilidade dos ativos financeiros deverá se utilizada a *Time Weighted Rate of Return*, cujo cálculo exato requer uma avaliação completa da carteira sempre que se dá um movimento de *cashflows*. A nível geral, a fórmula utilizada para o cálculo das rendibilidades diárias será a seguinte:

$$r_t = \frac{C_t}{C_{t-1} + I_t} - 1$$

Onde,

r_t é a rendibilidade diária do dia t;

C_t é o valor de mercado da carteira no final do dia t;

I_t é o valor dos *cashflows* líquidos ocorridos no dia t.

As rendibilidades diárias deverão ser compostas, por forma a obter as rendibilidades mensais, trimestrais e anuais:

$$\text{Rendibilidade Anual (\%)} = \left(\prod_{t=1}^{360} (1 + R_t) \right) - 1$$

Medição e Controlo de Risco

O risco dos investimentos é avaliado através da utilização de diversas medidas estatísticas e financeiras, baseadas em observações *a posteriori* da evolução da *performance* da carteira do Fundo e dos ativos que a compõem.

Esses indicadores são regularmente calculados e a gestão da carteira global do Fundo e da carteira de cada classe de ativos que o compõem poderá ser ajustada, sempre que tal seja considerado necessário face ao valor dos mesmos.

No âmbito do processo de medição e controlo de risco são, nomeadamente, utilizados os seguintes indicadores:

- (a) Desvio-padrão anualizado das rendibilidades diárias observadas, desde o início do ano civil em curso, calculado pela seguinte fórmula:

$$\sigma_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T R_t^2 - \left(\sum_{t=1}^T R_t \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

Em que:

σ_T = desvio padrão anualizado das rentabilidades diárias, reportado ao dia T;

n = número de observações;

R_t = rendibilidade diária do dia t;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o desvio padrão.

Este é um indicador de dispersão pelo que quanto maior for o valor encontrado maior o risco histórico dos investimentos. Pelo contrário, quanto mais perto de zero estiver o valor do desvio padrão, mais estáveis são as rendibilidades obtidas e, portanto, menor o risco;

- (b) *Tracking Error*, que consiste no desvio padrão anualizado das observações diárias, ao longo do último ano, da diferença entre a rendibilidade diária da carteira de investimentos e a rendibilidade diária do *benchmark* definido para essa mesma carteira, sendo dado pela seguinte fórmula:

$$TE_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T (R_t - B_t)^2 - \left(\sum_{t=1}^T (R_t - B_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

TE_T = *Tracking Error*, medido com reporte ao dia T;

n = número de observações;

R_t = rendibilidade diária do dia t;

B_t = rentabilidade diária, do dia t, do *benchmark*;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o *Tracking Error*.

O *Tracking Error* pretende medir o grau de fiabilidade com que a carteira de investimentos replica o *benchmark* ou a consistência com que a *performance* da carteira supera ou fica abaixo da *performance* do *benchmark*. Assim, um valor próximo de zero indica que existe uma elevada consistência na diferença de rendibilidades, seja essa diferença positiva, negativa ou nula. Um elevado valor do *Tracking Error* sugere uma política de gestão ativa que não procura replicar fielmente o *benchmark* originando, assim diferenças de rendibilidade, ora positivas, ora negativas;

- (c) *Information Ratio*, que consiste num quociente, sendo o numerador composto pela diferença entre as rendibilidades anuais da carteira de investimentos e do *benchmark*; e o denominador pelo *Tracking Error*, conforme decorre da fórmula abaixo:

$$I_T = \frac{R_T - B_T}{TE_T}$$

I_T = *Information Ratio*, apurado com reporte ao dia T;

R_T = rentabilidade anual da carteira, medida com reporte ao dia T;

B_T = rentabilidade anual do *benchmark*, medida com reporte ao dia T;

TE_T = *Tracking Error*, apurado com reporte ao dia T.

O *Information Ratio* indica o excesso de rendibilidade obtida em relação ao *benchmark*, por unidade de risco adicional suportada em relação a esse mesmo *benchmark*. Quanto maior o valor mais eficiente é a gestão da carteira na medida em que se pretende maximizar o excesso de rendibilidade face ao *benchmark*, minimizando o acréscimo de risco suportado;

- (d) Risco de Perdas, que consiste numa medida semelhante ao *Tracking Error*, diferindo apenas por nela se considerar as diferenças negativas existentes entre a rentabilidade da carteira e a rentabilidade do *benchmark*, sendo dado por:

$$RP_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T (d_t)^2 - \left(\sum_{t=1}^T (d_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

RP_T = risco de perda, apurado com reporte ao dia T;

$d_t = \text{Min}(0, R_t - B_t)$;

n = número de observações;

R_t = rentabilidade diária da carteira, relativa ao dia t ;

B_t = rentabilidade diária do *benchmark*, relativa ao dia t ;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o risco de perdas.

Intervenção e Exercício de Direitos de Voto

A política de intervenção e exercício de direitos de voto nas sociedades emitentes será decidida pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse do Fundo, ouvidas a Comissão de Investimentos e o Associado, e deverá ter a aprovação deste.

Definição da Política de Investimentos

A decisão do teor da Política de Investimentos e de eventuais alterações à mesma compete ao Conselho de Administração do Associado, mediante aprovação de proposta da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse para o Fundo e a defesa dos interesses dos Participantes e Beneficiários.



O Conselho de Administração



4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2012 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Fidelidade (adiante igualmente designado por “Fundo”), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total do activo de 60.900.104 Euros e valor do Fundo de 60.760.808 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.873.461 Euros, as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Pensões Fidelidade em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões (Nota 2).

Ênfases

5. Conforme referido na Nota 2. b) e evidenciado na Nota 5, para efeitos de valorização de títulos de dívida não cotados e nas situações em que não existam preços executáveis por parte de contribuidores divulgados nos meios especializados, nomeadamente na *Bloomberg*, a Sociedade Gestora do Fundo recorre a outros contribuidores externos, privilegiando os que estejam relacionados com a emissão do título, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do título ou, na sua ausência, um preço apurado com base em modelos teóricos. Em 31 de Dezembro de 2012, existiam títulos com um valor de balanço total de 5.294.943 Euros (8,71% do valor do Fundo) que se encontravam valorizados através de tal método (4.748.921 Euros correspondendo a 8,98% do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2011).
6. Nos termos da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de Junho, os imóveis detidos por fundos de pensões fechados devem ser avaliados com uma periodicidade mínima de três anos e sempre que se verifiquem alterações substanciais nas condições do mercado imobiliário ou quando se tenham modificado significativamente os pressupostos que estiveram na base das anteriores avaliações. Em 31 de Dezembro de 2012, os dois imóveis detidos pelo Fundo, com valor de balanço de 14.073.000 Euros, foram avaliados em 2010, pelo que serão obtidas novas avaliações até Outubro de 2013. O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que pelo facto dos imóveis se encontrarem arrendados ao Estado e a entidades do Grupo, por um dos imóveis ser histórico (Largo do Corpo Santo) e dado que perspectiva uma ligeira recuperação do mercado imobiliário a partir do segundo semestre de 2013, as actualizações das avaliações não implicariam uma redução significativa no valor destes imóveis.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Lisboa, 7 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012	2011
Investimentos:			
Terrenos e edifícios	4	14.073.000	14.073.000
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	9.694.654	9.058.382
Títulos de dívida pública	5	4.344.497	4.484.595
Outros títulos de dívida	5	23.677.700	20.343.642
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	5	8.688.803	4.509.707
		<u>60.478.654</u>	<u>52.469.326</u>
Outros activos:			
Devedores			
Outras entidades	7	127.311	145.432
Acréscimos e diferimentos	5	294.139	368.375
Total do Activo		<u>60.900.104</u>	<u>52.983.133</u>
PASSIVO E VALOR DO FUNDO	Notas	2012	2011
Credores:			
Outras entidades	7	109.520	71.629
Acréscimos e diferimentos	6	29.776	24.157
Total do Passivo		<u>139.296</u>	<u>95.786</u>
Valor do Fundo	3	<u>60.760.808</u>	<u>52.887.347</u>
Total do Passivo e do Valor do Fundo		<u>60.900.104</u>	<u>52.983.133</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.





FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Contribuições	3	7.734.103	2.990.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9	(6.212.716)	(6.691.511)
Ganhos líquidos dos investimentos	8	4.190.443	(2.618.196)
Rendimentos líquidos dos investimentos	10	2.005.173	2.163.848
Outros rendimentos e ganhos	11	368.428	161.343
Outras despesas	12	(211.970)	(331.464)
Resultado líquido		<u>7.873.461</u>	<u>(4.325.980)</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições do Associado	7.734.103	2.990.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(5.946.981)	(6.691.511)
Prémios de seguro de risco de invalidez ou morte	(265.735)	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo Fundo	216.388	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do Fundo	143.115	346.524
Remunerações		
Remunerações de gestão	(80.787)	(86.326)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(8.859)	(9.575)
Outras receitas/(despesas) líquidas	167.333	(385.568)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	1.958.577	(3.836.456)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	52.001.647	80.760.699
Rendimentos dos investimentos	2.385.114	3,009,610
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(58.754.233)	(76.054.629)
Comissões de transacção e mediação	(7.346)	(15.850)
Outros gastos com investimentos	(310.665)	(752.934)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(4.685.483)	6.946.896
Variação de caixa e seus equivalentes	(2.726.906)	3.110.440
Efeitos de alterações na taxa de câmbio	38	119
Caixa no início do exercício	3.400.699	290.140
Caixa no fim do exercício	673.831	3.400.699

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões Fidelidade (adiante igualmente designado por "Fundo") foi constituído em 30 de Abril de 1999. Em 10 de Setembro de 2002, a Companhia de Seguros Mundial – Confiança, S.A. fundiu-se com a Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. formando a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. ("Fidelidade – Mundial"). Em 2012 ocorreu a fusão da Fidelidade – Mundial e da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., dando origem à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Consequentemente, esta Companhia passou a ser o único Associado do Fundo.

O Fundo esteve sob gestão da Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. até 31 de Dezembro de 2007. A partir de 1 de Janeiro de 2008, a CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) passou a assegurar a gestão financeira, técnico-actuarial e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

São Participantes do Fundo os trabalhadores no activo do Associado que transitaram da ex-Companhia de Seguros Fidelidade, S.A., a quem deva ser atribuída pensão de reforma nos termos em vigor no CCT – Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador de 1995. São ainda Participantes do Fundo os ex-trabalhadores da ex-Companhia de Seguros Fidelidade, S.A., que, cessando a sua prestação de serviço naquela companhia, a tenham retomado numa entidade abrangida pelo mesmo CCT, de acordo com a Cláusula 55ª do referido acordo de trabalho. São também Participantes do Fundo os ex-trabalhadores do Associado que transitaram da ex-Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. e que, cessando a sua prestação de serviço no Associado, a tenham retomado numa outra entidade abrangida pelo mesmo CCT, de acordo com a Cláusula 55ª do referido acordo de trabalho. Estão expressamente excluídos dos regimes complementares de pensões de reforma, os trabalhadores admitidos após 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector. São Beneficiários do Fundo os empregados que tendo sido seus Participantes venham a adquirir o direito à prestação pecuniária correspondente à pensão prevista no plano de pensões, bem como os que se encontrem na situação de pré-reformados ou reformados e tenham direito a uma pensão ao abrigo do plano de pensões.

O Fundo tem como objectivo exclusivo o financiamento do plano de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de pré-reforma, de acordo com o plano de pensões definido. Tudo o que não se encontre definido pelo plano de pensões é regulamentado pelo CCT – Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora assinado em 23 de Dezembro de 2011, o actual plano de pensões será substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante no novo fundo a constituir em 2013 (plano individual de reforma). Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrem reformados ou pré-reformados, ou aos activos que não aderiram ao novo CCT.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal na Norma Regulamentar nº 7/2010 - R, de 4 de Junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, com excepção das contribuições do Associado, as quais são reconhecidas como proveitos quando recebidas.

b) Carteira de títulos

Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Bloomberg*;
- ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções;
- iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade Gestora utiliza o "bid" do contribuidor "CBBT" divulgado pela *Bloomberg*. Na impossibilidade da sua obtenção, é utilizada a média dos preços de compra veiculados pela *Bloomberg* para uma *pool* de contribuidores pré-definida pela Sociedade Gestora;
- iv) Quando não existem preços de referência disponíveis como resultado da aplicação da metodologia referida na alínea anterior, a Sociedade Gestora recorre a outros contribuidores externos, privilegiando os que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
- v) Caso não seja possível aplicar o mencionado acima, a Sociedade Gestora recorre a modelos de avaliação, elaborados por entidade uma independente e especializada (*InterMoney Valores S.V. S.A. Sucursal em Portugal*). Os principais pressupostos utilizados em tais modelos de avaliação contemplam, entre outros: (i) o *spread* de crédito do emitente ou dos activos subjacentes ao título, tendo em consideração a probabilidade de incumprimento dos mesmos; (ii) a taxa de recuperação, em caso de incumprimento, do emitente ou da carteira de activos subjacente a tais títulos; (iii) o volume e datas estimadas de reembolsos antecipados; e (iv) no caso de produtos estruturados, a correlação entre os vários activos subjacentes aos títulos. Para efeitos de valorização das variáveis acima referidas, são utilizados, essencialmente, instrumentos financeiros semelhantes para se apurar o *spread* de crédito do emitente (nomeadamente *Credit Default Swaps*) e as taxas de recuperação e de correlação históricas para produtos similares;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários dessa espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflecta as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões; e
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro.

As mais e menos - valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" (Nota 8), correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos - valias potenciais geradas após a sua aquisição.

As mais e menos - valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício, sendo igualmente relevadas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos", da demonstração de resultados (Nota 8).

c) Imóveis

Em geral, os imóveis são valorizados ao valor de mercado. No caso de imóveis adquiridos há menos de um ano, a sua valorização é efectuada ao valor de avaliação independentemente do preço pago. Posteriormente, é efectuada a respectiva incorporação da mais ou menos-valia conforme a diferença de valores obtida (Nota 4).

O valor de mercado é determinado com base em avaliações individualizadas dos terrenos e edifícios, efectuadas por peritos independentes, as quais, nos termos da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de Junho, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, deverão ser actualizadas, pelo menos uma vez de três em três anos e sempre que se verifiquem alterações substanciais nas condições do mercado imobiliário ou que se tenham modificado significativamente os pressupostos que estiveram na base das anteriores avaliações.

As rendas recebidas antecipadamente são registadas no passivo na rubrica "Credores – Outras entidades" (Nota 7).

d) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua actividade de gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada da seguinte forma:

- Gestão técnica e administrativa

Comissão correspondente ao dobro da taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal sobre cada contribuição efectuada para o Fundo, excluindo a contribuição inicial. A taxa a aplicar é a que se encontrar em vigor à data da realização da contribuição que, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondia a 0,048%. Consequentemente, a comissão em 2012 e 2011 ascendeu a 0,096%.

- Gestão financeira

Comissão anual de 0,15%, cobrada trimestral e postecipadamente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Para este efeito o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

As comissões de gestão são registadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 12).

e) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração da CGD pelo exercício das funções de depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada através da aplicação de uma taxa anual de 0,025% sobre o valor de mercado dos activos mobiliários da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo paga trimestral e postecipadamente.

Esta comissão é registada na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 12).

f) Contribuições

As contribuições efectuadas pelo Associado a favor do Fundo são registadas como proveitos quando recebidas, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

g) Conversão de saldos em divisas

Os activos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças originadas pela actualização cambial são reflectidas na demonstração de resultados, nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" e "Outras despesas" no caso de ganhos cambiais ou de perdas cambiais, respectivamente (Notas 11 e 12).

h) Impostos

De acordo com o disposto nos artigos 16º e 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto Municipal sobre Imóveis. A isenção de IRC não abrange os dividendos de acções Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro relativamente aos rendimentos aí obtidos.

A retenção na fonte de títulos estrangeiros é registada na rubrica de "Impostos" da demonstração de resultados (Nota 12).

As taxas sobre as contribuições a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal são suportadas pela Sociedade Gestora.

i) Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros realizados em mercados organizados são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de "Ganhos líquidos dos investimentos" (Nota 8) por contrapartida da rubrica de activo "Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI" (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

j) Indemnizações

As indemnizações pagas pela companhia de seguros no âmbito da apólice de seguro contratada são registadas como proveitos quando recebidas na rubrica "Outros rendimentos e ganhos - Indemnizações recebidas" da demonstração de resultados, concorrendo para a formação do resultado do exercício (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2012, os montantes reclamados a título de indemnização por reforma por invalidez pendentes de recebimento ascendiam a 763.365 Euros.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

3. VALOR DO FUNDO

O Fundo de Pensões Fidelidade foi constituído em 30 de Abril de 1999, através da entrega em numerário de 59.152.607 Euros, o qual foi reflectido na rubrica "Contribuição inicial".

Os movimentos ocorridos no valor do Fundo durante os exercícios de 2011 e 2012, podem ser detalhados da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	57.213.328
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	2.990.000
Menos-valias potenciais, líquidas de mais-valias (Nota 8)	(2.030.577)
Menos-valias realizadas, líquidas de mais-valias (Nota 8)	(491.996)
Perdas resultantes de operações com derivados (Nota 8)	(95.623)
Pensões (Nota 9)	(6.691.511)
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 10)	2.163.848
Outros rendimentos e ganhos (Nota 11)	161.343
Comissões (Nota 12)	(108.904)
Impostos (Nota 12)	(1.430)
Outras despesas (Nota 12)	(221.130)
	(4.325.980)
Outros	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	52.887.347
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	7.734.103
Mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias (Nota 8)	3.121.761
Mais-valias realizadas, líquidas de menos-valias (Nota 8)	1.089.399
Perdas resultantes de operações com derivados (Nota 8)	(20.717)
Pensões (Nota 9)	(5.946.981)
Prémios de seguros (Nota 9)	(265.735)
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 10)	2.005.173
Outros rendimentos e ganhos (Nota 11)	368.428
Comissões (Nota 12)	(102.502)
Impostos (Nota 12)	(25.157)
Outras despesas (Nota 12)	(84.311)
	7.873.461
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	60.760.808

Tendo em linha de conta, por um lado que o Plano Individual de Reforma (PIR) ainda não se encontrava constituído em 31 de Dezembro de 2012 e, por outro, que as contribuições feitas ao longo do ano pelos seus Associados não podiam transitar para 2013 nas respectivas rubricas contabilísticas, o Instituto de Seguros de Portugal concordou que as verbas em causa fossem transferidas, no final do ano, para o Fundo de Pensões Fidelidade.

Desta forma, no exercício de 2012 o Associado efectuou contribuições no montante de 7.734.103 Euros, das quais 134.103 Euros se referem a contribuições para o PIR a ser constituído em 2013 no âmbito do novo Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora assinado em 23 de Dezembro de 2011.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

4. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Terrenos e edifícios" tem a seguinte composição:

	Data de Escritura	Valor de Aquisição	Renda Mensal	Valor de Balanço	Data de avaliação	Valor de avaliação
Largo do Corpo Santo, nºs 10 a 13, Lisboa	30-11-1999	4.636.820	43.340	7.093.000	31-10-2010	7.093.000
Rua Dr. Francisco Manuel de Melo, nº 15, Lisboa	30-11-1999	5.636.416	38.248	6.980.000	29-10-2010	6.980.000
		<u>10.275.236</u>	<u>81.588</u>	<u>14.073.000</u>		<u>14.073.000</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2012, não ocorreram aquisições ou alienações de imóveis.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que o valor de balanço dos imóveis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 corresponde ao seu valor de realização.

Os imóveis detidos pelo Fundo foram avaliados em 2010 por peritos avaliadores independentes registados no Instituto de Seguros de Portugal.

O método de avaliação escolhido e os pressupostos utilizados nas referidas avaliações resumem-se como segue:

Edifício	Método seleccionado	Pressupostos
Largo do Corpo Santo, nºs 10 a 13, Lisboa	Método dos Múltiplos do Rendimento	Renda mensal de 42.000 Taxa de actualização de 6,75%
Rua Dr. Francisco Manuel de Melo, nº 15, Lisboa	Método de Actualização das Rendas Futuras	Renda mensal de 41.302 Taxa de actualização de 7,5%

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de títulos do Fundo tem a seguinte composição:

	2012				2011
	Valor inicial	Mais/ /(menos) - -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos	Valor de balanço
Instrumentos de capital e unidades de participação					
Acções	2.647.942	369.757	3.017.699	-	3.069.230
Unidades de participação em Fundos de Investimento					
Mobiliários	5.324.858	771.935	6.096.793	-	5.392.208
Imobiliários	596.943	(16.781)	580.162	-	596.944
	<u>5.921.801</u>	<u>755.154</u>	<u>6.676.955</u>	<u>-</u>	<u>5.989.152</u>
	<u>8.569.743</u>	<u>1.124.911</u>	<u>9.694.654</u>	<u>-</u>	<u>9.058.382</u>
Títulos de dívida pública					
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	334.407
Obrigações de dívida pública					
Taxa fixa	4.046.564	297.933	4.344.497	94.092	4.150.188
	<u>4.046.564</u>	<u>297.933</u>	<u>4.344.497</u>	<u>94.092</u>	<u>4.484.595</u>

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

	2012		2011	
	Valor inicial	Mais/ /(menos) - -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
Outros títulos de dívida				
Obrigações diversas				
Taxa variável	13.380.549	969.892	14.350.441	42.748
Taxa fixa	8.598.234	729.025	9.327.259	150.808
	<u>21.978.783</u>	<u>1.698.917</u>	<u>23.677.700</u>	<u>193.556</u>
	=====	=====	=====	=====

O valor inicial dos títulos corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido comprados ao longo do ano de 2012, ou ao seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2011, no que se refere aos títulos adquiridos em exercícios anteriores.

O detalhe da carteira de títulos do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de rendimento fixo venciam juros às seguintes taxas médias anuais, calculadas com base no respectivo valor nominal:

	2012	2011
Bilhetes do Tesouro	-	4,10%
Obrigações de dívida pública	3,92%	3,81%
Obrigações diversas	2,44%	3,55%

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor pode ser resumida como segue:

	2012			
		Técnicas de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
		Inputs	Outras	
	Cotações de mercado	observáveis no mercado	técnicas de valorização	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	9.694.654	-	-	9.694.654
Títulos de dívida pública	4.344.497	-	-	4.344.497
Outros títulos de dívida	16.577.926	1.804.831	5.294.943	23.677.700
	30.617.077	1.804.831	5.294.943	37.716.851

	2011			
		Técnicas de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
		Inputs	Outras	
	Cotações de mercado	observáveis no mercado	técnicas de valorização	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	9.058.382	-	-	9.058.382
Títulos de dívida pública	4.484.595	-	-	4.484.595
Outros títulos de dívida	14.668.434	926.287	4.748.921	20.343.642
	28.211.411	926.287	4.748.921	33.886.619

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos e transacções, incluindo o contribuidor "CBBT" da *Bloomberg*;
- Nível 2 - Técnicas de valorização – inputs observáveis no mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em "bids" indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na *Bloomberg*;
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Sucursal em Portugal, ou preços fornecidos por entidades estruturadoras dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Outros títulos de dívida – Nível 3 – Outras técnicas de valorização" inclui as seguintes obrigações valorizadas com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.*:

	Montante	% do valor do Fundo
CGD S.758 12/2017	1.909.083	3,14%
CGD S.757 12/2017	1.909.083	3,14%
WESTLB Var.06/14	1.233.120	2,03%
	5.051.286	8,31%
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Juro decorrido	Valor Nominal	Juro decorrido
Depósitos à ordem em Euros	671.668	81	3.398.435	697
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	2.163	-	2.264	-
Total de depósitos à ordem	673.831	81	3.400.699	697
Ajustes – produtos derivados em Euros	-	-	122.597	-
Ajustes – produtos derivados em moeda estrangeira	-	-	111.411	-
Total de ajustes – produtos derivados	-	-	234.008	-
Depósitos a prazo em Euros	8.014.972	6.410	875.000	3.988
Depósitos em instituições de crédito	8.688.803	6.491	4.509.707	4.685
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem em Euros encontravam-se domiciliados na CGD e eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros às taxas médias anuais de 0,46% e 2,77%, respectivamente.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012, a liquidez do Fundo ascendia a 8.893.468 Euros (14,64% do valor da carteira), 4,64% acima do limite máximo definido na política de investimento do Fundo. Esta situação resultou da contribuição extraordinária realizada pelo Associado no final do 2012, tendo sido regularizada no início de 2013.

6. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissões a pagar:		
· Comissão de gestão financeira	19.822	19.080
· Comissão de gestão técnica e administrativa	7.425	2.870
· Comissão de depósito	2.320	2.207
· Outros	209	-
	<u>29.776</u>	<u>24.157</u>
	=====	=====

7. DEVEDORES E CREDORES – OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Devedores – Outras entidades" tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Devedores</u>		
Participação nos resultados de seguros de vida	126.204	143.115
Rendas emitidas	1.002	140
Liquidações financeiras pendentes	105	1.558
Outros	-	619
	<u>127.311</u>	<u>145.432</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Participação nos resultados de seguros de vida" refere-se à participação nos resultados da apólice de seguro contratada para cobertura do risco de invalidez dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente.

O saldo devedor da rubrica "Rendas emitidas" diz respeito a rendas pendentes de cobrança aos respectivos inquilinos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo devedor da rubrica "Liquidações financeiras pendentes" respeita a operações de venda de títulos efectuadas nos últimos dias do ano, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias dos exercícios de 2013 e 2012, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Credores – Outras entidades" tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Credores</u>		
Rendas - caução	88.028	60.498
Outros	21.492	11.131
	<u>109.520</u>	<u>71.629</u>
	=====	=====

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

8. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição por categoria de títulos:

Designação	2012						Ganhos líquidos
	Mais-valias potenciais	Menos-valias potenciais	Valias potenciais líquidas	Mais-valias realizadas	Menos-valias realizadas	Valias realizadas líquidas	
Títulos de crédito:							
Ações	404.412	(34.655)	369.757	181.724	(113.924)	67.800	437.557
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário	771.935	-	771.935	163.776	-	163.776	935.711
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliário	-	(16.781)	(16.781)	-	-	-	(16.781)
Bilhetes do tesouro	-	-	-	1.159	-	1.159	1.159
Obrigações de dívida pública	300.880	(2.947)	297.933	127.692	(72.145)	55.547	353.480
Obrigações diversas	1.699.124	(207)	1.698.917	823.075	(21.958)	801.117	2.500.034
	3.176.351	(54.590)	3.121.761	1.297.426	(208.027)	1.089.399	4.211.160
Derivados	-	-	-	146.873	(167.590)	(20.717)	(20.717)
	3.176.351	(54.590)	3.121.761	1.444.299	(375.617)	1.068.682	4.190.443

Designação	2011						Ganhos líquidos
	Mais-valias potenciais	Menos-valias potenciais	Valias potenciais líquidas	Mais-valias realizadas	Menos-valias realizadas	Valias realizadas líquidas	
Terrenos e edifícios (Nota 4)	-	(72.201)	(72.201)	-	-	-	(72.201)
Títulos de crédito:							
Ações	84.204	(399.576)	(315.372)	121.970	(376.852)	(254.882)	(570.254)
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário	150.542	(43.587)	106.955	212.181	(524.771)	(312.590)	(205.635)
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliário	21.927	-	21.927	-	-	-	21.927
Bilhetes do tesouro	368	-	368	6.375	-	6.375	6.743
Obrigações de dívida pública	68.951	(78.548)	(9.597)	78.845	(167.679)	(88.834)	(98.431)
Obrigações de outros emissores públicos	-	-	-	-	(60)	(60)	(60)
Obrigações diversas	105.345	(1.868.002)	(1.762.657)	308.443	(150.448)	157.995	(1.604.662)
	431.337	(2.389.713)	(1.958.376)	727.814	(1.219.810)	(491.996)	(2.450.372)
Derivados	-	-	-	713.717	(809.340)	(95.623)	(95.623)
	431.337	(2.461.914)	(2.030.577)	1.441.531	(2.029.150)	(587.619)	(2.618.196)

9. PENSÕES, CAPITAIS E PRÉMIOS ÚNICOS VENCIDOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Pensões processadas:		
· Por velhice	5.254.717	5.821.997
· Por invalidez	692.264	869.514
	5.946.981	6.691.511
Prémios de seguro	265.735	-
	6.212.716	6.691.511
	=====	=====

O saldo da rubrica "Prémios de seguro", respeita ao prémio de seguro referente ao exercício de 2012 de uma apólice de seguro temporária anual renovável, subscrita junto da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tendo como cobertura principal o risco de invalidez total e permanente por doença ou acidente. Esta apólice confere direito a uma participação nos resultados correspondente a 70% do saldo positivo da conta técnica anual de resultados, distribuída em numerário (Nota 11).

O prémio de seguro referente ao exercício de 2011 no montante de 278.053 Euros foi pago e registado em 2010. A participação nos resultados desse exercício no montante de 143.115 Euros também foi registada em 2010.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

10. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por natureza de rendimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendas de imóveis	970.088	1.022.306
Juros de obrigações	881.710	1.016.395
Dividendos de acções	126.454	109.285
Juros de depósitos em instituições de crédito	26.921	15.862
	<u>2.005.173</u>	<u>2.163.848</u>
	=====	=====

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Indemnizações recebidas	216.388	-
Participações nos resultados de seguros do ramo vida (Nota 9)	126.204	-
Ganhos cambiais	25.836	40.694
Reembolso de despesas com imóveis	-	120.649
	<u>368.428</u>	<u>161.343</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Indemnizações recebidas" refere-se aos montantes recebidos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. durante o exercício de 2012, referentes aos exercícios de 2009 e 2010.

Em 31 Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Reembolso de despesas com imóveis" corresponde à parcela das despesas incorridas pelo Fundo com a manutenção dos imóveis que é cobrada aos inquilinos (Nota 12).

12. OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissão de gestão financeira	78.660	80.217
Comissão de depósito	8.971	9.335
Comissão de mediação	7.446	16.482
Comissão de gestão técnica e administrativa	7.425	2.870
	<u>102.502</u>	<u>108.904</u>
	=====	=====
Outras despesas	84.311	221.130
Impostos	25.157	1.430
	<u>211.970</u>	<u>331.464</u>
	=====	=====

A comissão de mediação refere-se a despesas incorridas com as transacções de títulos, nomeadamente taxas de bolsa e comissões de corretagem.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

A rubrica "Outras despesas" tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas com imóveis	59.418	195.238
Perdas cambiais	24.893	25.863
Outros	-	29
	<u>84.311</u>	<u>221.130</u>
	=====	=====

O saldo da rubrica "Despesas com imóveis" corresponde essencialmente a despesas incorridas pelo Fundo com a manutenção de imóveis.

13. OPERAÇÕES COM DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo detinha em aberto contratos de futuros de cotações com o seguinte detalhe:

<u>Tipo de Contrato</u>	<u>N.º de posições em aberto</u>	<u>Compra/ (Venda)</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Exposição</u>
VGH2-EUR EUX03/2012	33	Venda	2.308,00	10 (*)	(761.640)
ESH2 S&P500 MAR2012	16	Compra	970,90	50 (**)	776.700
					<u>15.060</u>
					=====

(*) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 10 Euros com um *tick size* de 1.

(**) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 50 Dólares Norte Americanos com um *tick size* de 0,25.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço da conta margem decompunha-se como segue (Nota 5):

Conta margem inicial	106.058
Conta margem de variação	127.950
	<u>234.008</u>
	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Fundo registou perdas líquidas em operações com contratos de futuros de 20.717 Euros e 95.623 Euros, respectivamente (Nota 8).

14. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os "Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno". Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direcção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direcção da CGD, do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respectiva Direcção da CGD.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respectivo actuário responsável.

As regras de gestão de acordo com a política de investimento sujeitam a carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo para monitorização destes limites.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

Apresenta-se de seguida um conjunto de informação quantitativa relativa aos principais riscos a que o Fundo se encontra sujeito:

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição do Fundo a risco de crédito de títulos de dívida apresenta a seguinte decomposição (inclui juros corridos):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida pública	4.438.589	4.581.159
Dívida privada	23.871.256	20.610.768
	<u>28.309.845</u>	<u>25.191.927</u>
	=====	=====

Qualidade de crédito dos depósitos em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo e à ordem encontravam-se integralmente domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 5), cujo *rating* a longo prazo pela *Standard & Poor's* nessas datas era de "BB -" com *outlook* negativo e "BB +" com *outlook* negativo, respectivamente.

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos títulos de dívida em carteira em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com a designação da *Standard & Poor's*, mas considerando a mais baixa notação de *rating* atribuída pelas três principais agências de *rating* internacionais:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
"AA -" a "AAA"	4.125.854	4.294.571
"A -" a "A +"	6.887.375	9.899.327
"BBB -" a "BBB +"	10.557.851	4.330.366
"BB -" a "BB +"	2.478.085	4.627.712
"B -" a "B +"	439.160	1.754.409
"CCC -" a "CCC +"	3.821.520	-
Sem <i>Rating</i>	-	285.542
	<u>28.309.845</u>	<u>25.191.927</u>
	=====	=====

De acordo com a política de investimento do Fundo, as obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente. Não obstante, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o investimento do Fundo em obrigações com *rating* inferior a esta classificação de acordo com o critério acima definido ascendia a 6.738.765 Euros e 6.382.121 Euros, respectivamente (11,09% e 12,07% do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente). Esta situação resultou do *downgrade* dos títulos após a data da sua aquisição.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

Grau de concentração

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o grau de concentração por sector, país e entidade em função do valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

2012					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Bancário	26,5%	Portugal	47,6%	Caixa Geral de Depósitos (*)	22,4%
Fundos imobiliários e imóveis	24,1%	Unidades de participação	11,0%	BNP Paribas	2,3%
Depósitos em instituições de crédito	14,3%	França	7,1%	Pioneer Funds	2,2%
Fundos mobiliários	10,0%	Alemanha	5,3%	WestLB AG	2,0%
Dívida pública	9,2%	Itália	4,9%	Dívida Pública Italiana	1,8%
Outros sectores	15,9%	Outros países	24,1%	Outras entidades	69,2%
	100,0%		100,0%		100,0%

2011					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Bancário	28,4%	Portugal	47,6%	Caixa Geral de Depósitos (*)	16,7%
Fundos imobiliários e imóveis	27,7%	Unidades de participação	11,3%	Dívida Pública Italiana	2,5%
Fundos mobiliários	10,2%	Itália	7,1%	WestLB AG	2,3%
Dívida pública	8,7%	França	6,6%	Credit Agricole	2,0%
Depósitos em instituições de crédito	8,5%	Alemanha	6,4%	Dívida Pública Alemã	1,90%
Outros sectores	16,5%	Outros países	21,0%	Outras entidades	74,6%
	100,0%		100,0%		100,0%

(*) Inclui fundos de investimento geridos pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Risco de mercado

As carteiras dos fundos de pensões estão sujeitas ao risco de mercado que resulta de alterações nos preços dos activos e instrumentos financeiros derivados. Como forma de quantificar esse risco a CGD Pensões calcula o VaR das carteiras. Assim, na estimativa da perda potencial máxima a que o património do Fundo de Pensões está sujeito, a Sociedade Gestora tem em conta (i) a exposição de cada activo e cada instrumento financeiro derivado medida de acordo com a sua natureza, (ii) alterações da volatilidade dos mercados, considerando observações representativas de 1 ano; (iii) detenção da carteira do fundo de pensões por um período de 30 dias e (iv) um intervalo de confiança de 95%.

A Sociedade Gestora quantifica ainda o acréscimo da perda potencial máxima decorrente da utilização de instrumentos financeiros derivados com vista a monitorizar o limite imposto no nº 1 do artigo 9º da Norma Regulamentar do ISP nº 9/2007-R, de 28 de Junho, do ISP.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VaR da carteira de títulos sem derivados ascende a 386.856 Euros (0,64% do valor do Fundo) e 554.515 Euros (1,05% do valor do Fundo), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, o VaR da carteira de títulos com derivados ascende a 510.144 Euros (0,96% do valor do Fundo).

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012						
	Euros	Dólares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa
Activo							
Instrumentos de capital e unidades de participação	9.379.736	-	158.211	60.363	25.919	-	50.425
Títulos de dívida pública	4.344.497	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de dívida	23.677.700	-	-	-	-	-	-
Depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	8.686.640	209	1.075	485	164	200	30
	<u>46.088.573</u>	<u>209</u>	<u>159.286</u>	<u>60.848</u>	<u>26.083</u>	<u>200</u>	<u>50.455</u>
							<u>46.405.654</u>
	2011						
	Euros	Dólares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa
Activo							
Instrumentos de capital e unidades de participação	8.826.328	-	145.936	34.588	-	-	51.530
Títulos de dívida pública	4.484.595	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de dívida	20.343.642	-	-	-	-	-	-
Depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	4.396.032	111.554	1.020	580	219	193	109
	<u>38.050.597</u>	<u>111.554</u>	<u>146.956</u>	<u>35.168</u>	<u>219</u>	<u>193</u>	<u>51.639</u>
							<u>38.396.326</u>

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado dos títulos de dívida detidos em carteira classificados por tipo de cupão era como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa variável	14.393.189	11.723.225
Taxa fixa	13.916.656	13.468.702
	<u>28.309.845</u>	<u>25.191.927</u>
	=====	=====

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Fundo ter dificuldades em cumprir os seus compromissos, nomeadamente o pagamento das pensões. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Fundo alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Desta forma, a gestão da carteira do Fundo tem sempre subjacente o grau de liquidez dos activos integrantes da mesma, bem como as necessidades de "cash" ao longo do ano.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida em carteira (incluindo juros corridos) totalizam 28.309.845 Euros e 25.191.927 Euros, respectivamente, e têm as seguintes maturidades:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Entre 0 e 3 anos	49,99%	47,98%
Entre 3 e 5 anos	27,74%	14,63%
Entre 5 e 7 anos	8,88%	22,32%
Entre 7 e 10 anos	8,02%	9,24%
Superior a 10 anos	5,36%	5,83%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
	=====	=====

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações no valor de mercado da carteira de títulos foi efectuada através da realização de testes de esforço (*stress tests*), de forma a determinar o potencial impacto no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 da combinação de cenários simples de preço e taxa de juro, nomeadamente:

- Os instrumentos financeiros sensíveis ao risco de taxa de juro foram sujeitos a um desvio paralelo na curva de taxas de juro de referência em 100 *basis points* (bps) (Obrigações);
- Acções, fundos de investimento mobiliário ou instrumentos financeiros equivalentes foram submetidos a um cenário de desvalorização de 30% (Acções e fundos de investimento mobiliário);
- Contratos de futuros sobre acções e índices foram submetidos ao cenário de desvalorização do subjacente de 30% (Derivados); e
- Posições directas em imobiliário ou em fundos de investimento imobiliário foram submetidas ao cenário de desvalorização de 15% (Imobiliário).

De referir que estes cenários não assumem qualquer eventual efeito de correlação entre os factores de risco, cuja análise se encontra a ser efectuada pela Sociedade Gestora para efeitos da sua divulgação nas demonstrações financeiras de exercícios futuros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos ascende a 5.552.681 Euros, e apresenta a seguinte composição:

Obrigações	620.359
Acções e fundos de investimento mobiliário	2.734.347
Imobiliário	2.197.975

	5.552.681
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos para as "Acções e fundos de investimento mobiliário", "Derivados" e "Imobiliário" ascendia a 4.743.448 Euros.

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
ACCÕES					
Euros					
SIEMENS	1.768	131.595	13.735	145.330	-
TOTAL SA	3.582	141.849	(2.115)	139.734	-
BASF	1.948	108.340	30.260	138.600	-
SANOFI SYNHLABO	1.703	97.058	24.519	121.577	-
ANHEUSER-BUSCH INB	1.499	74.037	24.507	98.544	-
SAP ORD.	1.603	68.920	28.366	97.286	-
BCO SANTANDER C.HISP	12.874	73.921	4.610	78.531	-
EADS	2.629	74.970	2.586	77.556	-
INDITEX	723	69.836	6.441	76.277	-
BAYER AG	1.038	51.277	23.345	74.622	-
BNP	1.680	50.988	20.555	71.543	-
ALLIANZ	647	51.859	15.947	67.806	-
VOLKSWAGEN AG-PREF.	371	43.528	20.340	63.868	-
AKZO NOBEL NV NLG20	1.253	46.812	15.518	62.330	-
GEN DES EAUX/VIVENDI	3.471	53.657	5.176	58.833	-
GLE ENTREP. VINCI	1.574	53.138	3.463	56.601	-
DANONE	1.119	54.350	1.494	55.844	-
ING GROEP NV	7.220	44.388	6.592	50.980	-
ILIAD SA	346	40.329	4.668	44.997	-
BCO. BILBAO VISCAYA	6.400	40.903	3.641	44.544	-
SOLVAY SA	406	40.019	4.377	44.396	-
ADIDAS- SALOMON AG	655	33.791	10.310	44.101	-
DEUTSCHE BANK	1.277	37.588	4.489	42.077	-
ENI SPA	2.219	36.172	4.524	40.696	-
SUEDZUCKER AG	1.310	40.043	554	40.597	-
SOCIETE GENERALE	1.425	29.801	10.584	40.385	-
MUNCHENER RUCKVERS.	291	30.719	8.857	39.576	-
UNILEVER NV-CVA	1.365	35.871	3.489	39.360	-
TELECOM ITALIA	56.725	47.660	(8.917)	38.743	-
BANCA INTESA	28.208	36.372	298	36.670	-
HENKEL KGAA PREF.	586	32.411	4.038	36.449	-
CIE GENERAL GEOPHYSI	1.608	36.019	306	36.325	-
AIR LIQUIDE	377	32.761	3.073	35.834	-
AEGON NV	7.227	22.411	12.300	34.711	-
ASML NA	699	32.425	1.127	33.552	-
FERROVIAL	2.938	31.116	1.790	32.906	-
GAZ DE FRANCE	2.030	43.076	(11.459)	31.617	-
RWE-RHEINISCH WEST..	974	34.090	(3.662)	30.428	-
L.V.M.H.	203	22.373	5.803	28.176	-
RENAULT SA	688	23.618	4.373	27.991	-
ARKEMA	350	18.313	9.411	27.724	-
OMV AG	972	23.613	2.976	26.589	-
E.ON AG(EX VEBA AG)	1.818	30.347	(4.731)	25.616	-
BEIERSDORF AG	395	24.273	170	24.443	-
FRESENIUS MEDICAL CA	447	23.627	(244)	23.383	-
ENEL	7.023	18.003	4.035	22.038	-
TELEFONICA DEUTSCH H	3.305	19.079	4	19.083	-
MICHELIN	263	17.733	1.095	18.828	-
DEUTSCHE BOERSE AG	393	16.218	1.943	18.161	-

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
IBERDROLA	4.308	16.071	2.001	18.072	-
CARREFOUR	932	16.123	1.907	18.030	-
J.MARTINS-PO	1.140	14.824	1.820	16.644	-
AXA-UAP	1.233	12.385	4.076	16.461	-
MAN AGN	197	13.858	2.050	15.908	-
SAMPO OYJ-A SHS	612	12.055	2.841	14.896	-
UNICREDITO ITALIANO	3.968	13.631	1.074	14.705	-
DISTRI.INTERNACIONAL	2.446	8.549	3.216	11.765	-
TERNA SPA	3.453	10.410	32	10.442	-
		<u>2.359.203</u>	<u>343.578</u>	<u>2.702.781</u>	<u>-</u>
Outras divisas					
C.FIN.RICHMONT	799	39.582	7.675	47.257	-
BARRATT DEVELOPMENT	14.744	27.138	10.368	37.506	-
BARCLAYS	9.157	24.238	5.204	29.442	-
TELENOR ASA	1.896	29.091	(141)	28.950	-
AFREN PLC	16.464	25.412	1.036	26.448	-
NOVO NORDISK AS	211	25.110	809	25.919	-
FRESNILLO PLC	1.058	25.125	(1.180)	23.945	-
PETROLEUM GEO-SERVIC	1.655	22.424	(949)	21.475	-
ZURICH ALLIED AG	86	15.138	2.202	17.340	-
WEIR GROUP PLC	734	15.136	1.764	16.900	-
TULLOW OIL PLC	1.037	15.373	650	16.023	-
C.S.HOLD./GROUP-REG	855	16.053	(287)	15.766	-
DE LA RUE PLC	711	8.919	(972)	7.947	-
		<u>288.739</u>	<u>26.179</u>	<u>314.918</u>	<u>-</u>
		<u>2.647.942</u>	<u>369.757</u>	<u>3.017.699</u>	<u>-</u>

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

Mobiliários

PIONEER EUROLND EQ I	243.777	1.133.119	190.590	1.323.709	-
BNPP L1 EQTY EURO I	3.116	696.008	147.244	843.252	-
BROCK EURO MKT Fd D2	37.140	537.569	162.520	700.089	-
HSBC EURO GVT BOND F	232	582.886	65.450	648.336	-
CAAM Credit 1-3 Euro	22	590.152	40.952	631.104	-
PETERCAM BdEUR InG-F	10.680	548.557	62.659	611.216	-
PICTET EUR Corp.B.-I	3.200	504.608	74.848	579.456	-
ROBEKO EUR GOV BD I	4.070	533.785	27.672	561.457	-
CXGEST ACTIVOS CP	18.503	198.174	-	198.174	-
		<u>5.324.858</u>	<u>771.935</u>	<u>6.096.793</u>	<u>-</u>

Imobiliários

SAUDEINVESTE	500	596.943	(16.781)	580.162	-
		<u>5.921.801</u>	<u>755.154</u>	<u>6.676.955</u>	<u>-</u>

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA					
<u>Taxa fixa</u>					
BGB 3.5% 06/2017	345.000	346.685	39.870	386.555	6.153
NETHER 3.75% 01/23	291.000	330.437	19.476	349.913	10.465
SGLT 0 06/2013	356.000	334.759	3.399	338.158	14.952
FRTR 3% 04/2022	289.000	311.282	4.956	316.238	5.938
BTPS 5.5% 09/2022	230.000	225.770	23.550	249.320	4.228
SPGB 5.5% 04/2021	240.000	235.202	9.766	244.968	8.860
BTPS 5% 03/2025	221.000	186.548	42.209	228.757	3.694
FRTR 4.5% 04/2041	172.000	196.656	25.147	221.803	5.301
SPGB 3.15% 01/2016	224.000	218.366	3.293	221.659	6.458
FRTR 3.25% 25/4/2016	199.000	210.492	7.871	218.363	4.430
DBR 1.75% 07/04/22	174.000	177.871	3.472	181.343	2.186
RAGB 3.5% 07/2015	165.000	176.726	2.233	178.959	2.674
DBR 4% 04/01/37	121.000	155.237	8.482	163.719	4.787
BOTS 0% 06/2013	153.000	148.337	697	149.034	3.230
BTPS 3% 11/2015	138.000	125.242	15.028	140.270	686
BTPS 5% 09/2040	131.000	102.894	28.073	130.967	2.189
BTPS 3.75% 08/2016	115.000	105.214	13.995	119.209	1.781
FRANCE O.A.T 4.25	91.000	100.373	5.947	106.320	710
BTPS 3.75% 12/2013	100.000	98.075	3.975	102.050	165
OT 3.6% OUT/2014	100.000	71.550	28.725	100.275	759
RAGB 4.85 03/2026	63.000	73.246	9.599	82.845	2.436
OBL 4% 10/2013	80.000	85.371	(2.947)	82.424	710
DBR 6.25% 01/2024	21.000	30.231	1.117	31.348	1.300
		<u>4.046.564</u>	<u>297.933</u>	<u>4.344.497</u>	<u>94.092</u>

OBRIGAÇÕES DIVERSAS**Taxa fixa**

RENEPL 6.375% 12/13	400.000	355.754	60.018	415.772	1.812
CXGD 8% 09/2015	300.000	260.283	64.092	324.375	6.181
DANBNK 2.5% 07/2015	300.000	299.247	11.286	310.533	3.596
WESAU 2.75% 08/2022	300.000	297.294	10.521	307.815	3.413
PORTEL 6% 04/2013	300.000	295.614	7.986	303.600	12.082
MS 3.75% 09/2017	250.000	249.218	16.952	266.170	2.594
CITIG 7.375% 09/2019	200.000	225.460	37.184	262.644	4.768
ELEPOR 4.75% 09/2016	250.000	207.568	51.182	258.750	3.123
HSBC 3.625% 06/20	250.000	242.450	15.040	257.490	4.593
SANTAN 3.5% 03/2015	250.000	237.998	15.180	253.178	7.096
BPIPL 3.25% 01/2015	250.000	230.000	15.961	245.961	7.792
CBA 5.5% 08/2019	200.000	204.836	30.330	235.166	4.430
LLOYDS 4.625% 02/17	200.000	199.406	25.990	225.396	8.416
EUREK 7.375% 06/2014	200.000	215.100	3.248	218.348	8.001
IBESM 4.25% 10/2018	200.000	200.120	16.154	216.274	1.886
NWIDE 3.125% 04/17	200.000	199.244	15.920	215.164	4.658
UCGIM 4.375% 09/2015	200.000	199.324	11.424	210.748	2.649
BOGAEI 3.625% 12/17	200.000	199.658	9.784	209.442	536
SOCGEN 2.375% 02/18	200.000	199.576	7.800	207.376	1.614
ISPIM 4.375% 10/2019	200.000	198.962	6.598	205.560	1.846
FGACAP 5.25% 02/14	200.000	199.536	5.214	204.750	8.807
BPCEGP 2% 04/2018	200.000	199.454	4.138	203.592	745

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
TITIM 4% 01/21/20	200.000	198.368	4.298	202.666	219
VLVY 2.375% 11/26/19	200.000	199.886	220	200.106	455
XTALN 1.5% 05/2019	200.000	199.500	-	199.500	345
ESF 6.875% 10/2019	200.000	113.235	73.302	186.537	2.675
NAB 2.75% 08/2022	175.000	173.990	8.540	182.530	1.912
CAFP 1.875% 12/2017	180.000	179.303	859	180.162	111
ANZ 5.125% 09/2019	150.000	150.131	24.127	174.258	2.359
BNP 2.875% 11/2017	150.000	149.549	10.807	160.356	402
UBS 3.125% 01/2016	150.000	149.540	10.332	159.872	4.457
BFCM 6.5% 07/2013	150.000	153.663	183	153.846	4.408
UBIIM 4.125% 10/2013	150.000	141.597	10.503	152.100	1.204
BESPL 5.625% 06/2014	150.000	118.500	33.488	151.988	4.831
BRCORO 4.797 09/2013	150.000	127.500	24.188	151.688	1.893
Citigroup 4.75% 5/17	150.000	122.501	16.437	138.938	-
GE 2.875% 06/2019	125.000	124.641	9.017	133.658	1.930
ENBW 7.375% 04/72	100.000	103.500	8.138	111.638	5.516
RBS 4.75% 05/2016	100.000	95.269	15.905	111.174	2.929
INTNED 3.875% 05/16	100.000	100.347	8.587	108.934	2.346
GLEINT 4.125% 04/18	100.000	104.975	3.055	108.030	3.074
NDASS 2.25% 05/2019	100.000	99.757	6.731	106.488	1.492
TEVA 2.875% 04/19	100.000	99.648	6.565	106.213	2.135
WFC 2.625% 08/2022	100.000	99.290	4.132	103.422	985
BBVASM 4% 05/2013	100.000	99.441	1.233	100.674	2.542
JPM 1.875% 11/2019	100.000	99.288	1.047	100.335	205
SABLN 1.875% 01/2020	100.000	99.392	750	100.142	128
GAZPRU 5.364% 10/14	65.000	66.977	2.303	69.280	583
GE 2.875% 10/2014	60.000	62.442	(208)	62.234	302
SHBASS 1.875% 03/17	50.000	49.902	2.484	52.386	732
		8.598.234	729.025	9.327.259	150.808

Taxa variável

CGD S.757 12/2017	2.850.000	1.636.134	272.949	1.909.083	1.400
CGD S.758 12/2017	2.850.000	1.636.134	272.949	1.909.083	1.954
WESTLB Var.06/14	1.200.000	1.192.030	41.090	1.233.120	29.100
Santander Flt.04/13	450.000	436.537	12.289	448.826	373
BESPL Float 06/2014	400.000	290.000	93.876	383.876	15
UCGIM Float 02/2014	350.000	331.555	14.700	346.255	189
BBVASM Float 01/2013	300.000	297.960	1.899	299.859	365
ACAFP Float 01/2015	300.000	299.685	12	299.697	72
BFCM Float 02/2014	300.000	284.799	14.859	299.658	96
ABNANV Float 10/2013	250.000	250.328	1.885	252.213	855
KBC Float 07/13	250.000	250.500	610	251.110	941
INTNED Float 11/2014	250.000	249.995	310	250.305	156
GE Float 02/2016	250.000	229.573	14.882	244.455	90
UAB S.13 10/2013	289.702	225.079	18.578	243.657	66
SYDBDC Float 02/2014	200.000	199.608	2.945	202.553	383
NYKRE Float 01/2014	200.000	199.608	2.690	202.298	723
CMZB Float 10/2013	200.000	198.692	3.552	202.244	634
ABBEY Float 08/2013	200.000	199.704	2.048	201.752	365
CCCI Float 08/2013	200.000	199.708	1.592	201.300	694
SOCGEN Float 09/2013	200.000	199.910	1.030	200.940	162
DANBNK Float 03/2014	200.000	199.604	1.064	200.668	118

FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias (Nota 8)	Valor de balanço	Juros corridos
Vodafone Float 06/14	200.000	198.540	1.778	200.318	75
BNP Float 03/2013	200.000	200.000	160	200.160	-
JPM Float 09/2013	200.000	195.202	4.942	200.144	10
BPCEGP Float 12/2014	200.000	199.798	254	200.052	92
JYBC Float 05/2015	200.000	199.652	126	199.778	294
MS Float 11/2013	200.000	192.680	6.626	199.306	87
TELEFO Float 06/2015	200.000	187.634	11.394	199.028	313
Citigroup Flt.03/14	200.000	188.230	10.608	198.838	48
UBIIM Float 07/2014	200.000	176.509	17.477	193.986	143
Henkel Var 04-15	150.000	148.845	12.030	160.875	795
SANT.CON.S.FIN.Flt 16	200.000	156.000	4.583	160.583	17
RABOBK Float 01/2014	150.000	149.852	1.030	150.882	292
UBS Float 05/2014	150.000	149.700	959	150.659	130
BNP Float 12/2014	150.000	149.834	204	150.038	66
GE Float 04/2014	150.000	144.422	5.371	149.793	135
ABBEY Float 06/2013	150.000	147.155	2.263	149.418	22
BAC Float 02/2014	150.000	143.502	5.318	148.820	81
ENEL Float 06/2014	150.000	135.987	9.813	145.800	18
BAC Float 05/2016	150.000	142.658	1.977	144.635	68
UBIIM Float 12/2014	150.000	120.644	23.521	144.165	134
SEB Float 10/2013	100.000	100.709	197	100.906	263
RBS Float 05/2013	100.000	97.138	3.231	100.369	156
RBIIV Float 03/2013	100.000	98.502	1.618	100.120	82
NYKRE Float 03/2013	100.000	99.027	1.024	100.051	47
Goldman Sachs 02/13	100.000	96.004	4.004	100.008	77
CCCI Float 03/2013	100.000	96.587	3.179	99.766	39
BESPLFloat 02/2013	100.000	84.500	15.175	99.675	116
MONTPI Float 05/2013	100.000	80.357	16.278	96.635	39
DB Float 09/2016	100.000	92.250	1.875	94.125	30
HSBC Float 09/2020	100.000	89.250	3.688	92.938	-
BCPPL Float 02/2013	50.000	37.000	12.738	49.738	50
BAVB Float 10/14	50.000	43.512	5.274	48.786	53
IBSANP Float 02/2018	44.000	31.726	5.368	37.094	25
		13.380.549	969.892	14.350.441	42.748
		21.978.783	1.698.917	23.677.700	193.556
		34.595.090	3.121.761	37.716.851	287.648